17º Curso de Gestão Patrimonial

Modalidade: Presencial

Carga horária: 20 horas

Área temática: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Período: 07/12/2026 a 11/12/2026

Horário: 08:00 às 12:00

Investimento: R$ 2.500,00

Programa do curso

Brasília-DF, 07/12/2026 a 11/12/2026
Horário: 08h às 12h

I - OBJETIVO

É oportuno dizer que os responsáveis pelo Almoxarifado e Patrimônio, de qualquer instituição, fazem parte do Rol de Responsáveis, por ocasião das Tomadas e Prestação de Contas perante os Tribunais, por isso tornar-se necessário que estes servidores tenham conhecimento integrado das áreas mencionadas. Torna-se necessário também conhecer os passos envolvendo a movimentação de materiais de consumo e permanente inclusive seus reflexos na escrituração da reavaliação e depreciação nos sistemas próprios e na contabilidade. É relevante estudar a Despesa Pública e suas fases, incorporação e desincorporação de materiais de consumo e permanente e atender o disposto na Portarias do Tesouro Nacional, bem como a resolução do Conselho Federal de Contabilidade que torna obrigatório para o Setor Público Brasileiro a reavaliação e a depreciação dos bens móveis e imóveis.

- COMO ENTENDER ESTOQUE FÍSICO E O CONTÁBIL NO NOVO MODELO
- COMO CONTROLAR ESTOQUE
- O 11º MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA A ÁREA DE MATERIAIS
- O CONTROLE DO IMOBILIZADO POR PLAQUETA COM CHIP-RÁDIO FREQUÊNCIA – RFID.
- RESPONSABILIDADE DO FISCAL DE CONTRATO ATRAVÉS DO PNCP – PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EXIGIDO PELO DECRETO 13.031 DE 17 DE JUNHO DE 2026
- COMO PROCEDER PARA DESFAZIMENTOS DE BENS BUSCANDO A SUSTENTABILIDADE
- DESFAZIMENTO DE MATERIAIS ATRAVÉS DO DECRETO 12.785 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.
- OBRIGATORIEDADE DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS NBC TSP 37/CFC DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025 COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 2027

II - PÚBLICO ALVO

Servidores que atuam nas áreas de contabilidade e controle patrimonial, bem como os técnicos atuantes em execução ou acompanhamento orçamentário e financeiro, controle interno e outros responsáveis pela gestão pública, bem como os profissionais das diversas áreas e esferas de governo que desejam conhecer de forma aprofundada como se processará os novos procedimentos da nova contabilidade do setor público.

É recomendado também para aqueles que estejam prestando concurso para o Tribunal de Contas da União - TCU, Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Controladoria Geral da União - CGU e demais concursos que tenham em seu conteúdo a disciplina de Contabilidade Pública ou Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

III – MATERIAL DIDÁTICO:

Para acompanhamento das aulas os alunos receberão a título de material didático apostila com todo conteúdo teórico, estudos de casos e exercícios.

IV - ESTRUTURA E CONTEÚDO:

O Curso terá 20 horas sendo 4 horas diárias, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA AP0LICAÇÃO NA ADMINSITRAÇÃO DE MATERIAIS

- Conceito,
- Objeto,
- Objetivo,
- Regime Contábil,
- Campo de Aplicação,
- Plano de Contas,
  - Estrutura,
  - Conta,
  - Sistema Contábil.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Conceitos de Materiais conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP:

MATERIAL DE CONSUMO

- Aquisição de Material:
- Material de Consumo:
- Entrada de material,
- Incorporação por produção própria,
- Entrada de Material por Doação,
- Baixa de Estoque por doação,
- abandono e inutilização e Outras Baixas.

MATERIAL PERMANENTE:
COMO INDENTIFICAR UM MATERIAL PERMANENTE:

- Material de Consumo X Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica;
- Material Permanente X Serviços de Terceiros X Obras X Serviços de Engenharia;
- Parâmetros Excludentes:
- durabilidade,
- fragilidade,
- perecibilidade,
- incorporabilidade,
- transformabilidade,

PROCEDIMENTOS DE INGRESSO DE MATERIAS, CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO

MATERIAL PERMANENTE:
ATRIBUIÇÕES DO PATRIMÔNIO:

- Incorporação de material,
- Devolução de Bens ao Almoxarifado,
- Recebimento por Doação,
- Cessão de Bens em Regime de Comodato,
- Registro de Bens Móveis em Poder de Terceiros,
- Transferência de Bens para outra Unidade,
- Baixa de Bens Inservíveis,
- Ociosos, Irrecuperável, Ante Econômico,
- abandono e inutilização, conforme decreto 12.785 de 19/12/2025,

ATRIBUIÇÕES NO RECEBIMENTO DE MATERIAIS
ATRIBUIÇÕES DA LEI 14.133/2021e Decreto 13.031/2026

- Recebimento Provisório
- Recebimento Definitivo
- Fraude em Licitação através de recebimentos
- Novas atribuições do decreto 13.031 de 17/06/2026
- Fiscal de contrato
- Comissões de recebimento
- Recebimento Provisório
- Recebimento definitivo

SISTEMA DE CONTRATOS.GOV.BR

- Objeto e âmbito de aplicação
- objetivos do sistema
- obrigatoriedade de utilizações e funcionalidades
- modelo de gestão
- transparência ativa

OBRIGATORIEDADE DE REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO

REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO:

- Obrigatoriedade, NBC TSP 07, de 22 de setembro de 2017 com vigência a partir do exercício de 2019 do Conselho Federal de Contabilidade, e nova determinação da TSP 37 de 11 de dezembro de 2025 para entrar em execução a partir de 2027.
- acro-Função – SIAFI - 02.03.30, 02.03.35, e 02.03.45 do SIAFI.

BENS IMÓVEIS:

- Incorporação por Ajuste, Reavaliação,
- Depreciação,
- Incorporação,
- Baixa por Alienação ou Doação. (SPUNET)

TIPOS DE INVENTÁRIOS:

- Inventário Físico:
- Anual,
- Inicial,
- De transferência de Responsabilidade,
- De Extinção ou transformação,
- Inventário Analítico,
- Inventário Periódico ,
- Inventário com plaquetas de Rádio Frequência – RFID.

CONTROLE DO IMOBILIZADO PELA METODOLOGIA DE RÁDIO FREQUÊNCIA – RFID.

EXERCÍCIO: Perguntas e Respostas e prática em formulários para Reavaliação e Depreciação.

V- METODOLOGIA

Ao longo do curso serão apresentados aspectos teóricos e práticos dos temas relacionados. As aulas serão expositivas, com apresentação de slides baseados no material didático com resolução de exercícios de fixação e realização de casos práticos e estudos de caso.O curso será ministrado por técnicos que tem experiência prática, teórica e acadêmica, que se valendo da teoria de contabilidade e de administração

orçamentária e financeira, e principalmente da experiência vivida na gestão da contabilidade do governo federal, buscará trazer para o público o conhecimento a respeito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

VI – CARGA HORÁRIA E PERÍODO

O curso está **previsto** para ser realizado no **período de 07/12/2026 a 11/12/2026,** nos **horários de 08h às 12h**, totalizando 20(vinte) horas/aula. Na oportunidade, cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários à participação no evento.

VII - LOCAL E INFORMAÇÕES

O evento será ministrado no Auditório da ABOP - SCS, Qd. 02, Edifício Palácio do Comércio, conjunto 801 a 806 - CEP: 70.318-900, Brasília-DF. Para maiores informações utilize os telefones: (61) 3224-2613 , (61) 3224-2159, na Internet acesse o endereço www.abop.org.br

VIII – INSCRIÇÕES/CUSTO

Deverão ser feitas através do preenchimento da Ficha de Inscrição Online. **O investimento da inscrição é de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por participante.**

Para cada 05(cinco) inscrições do mesmo órgão efetivadas, a Abop está oferecendo 01(uma) bolsa integral adicional.

A ABOP só considerará efetivada a inscrição após a apresentação da cópia do depósito da referida importância no Banco 341– ITAU– Agência 8635, Conta Corrente nº 24938-9 ou da Nota de Empenho correspondente, em nome da entidade. O CNPJ 00.398.099/0001-21 e CF/DF 07.343.300/001-00.

A ABOP poderá postergar o evento ou cancela-lo em até 48 horas antes do inicio do mesmo, caso o número de participantes não seja suficiente para atender a programação.

IX– REQUISITOS

Ter curso superior ou exercício profissional na área de contabilidade, auditoria, administração, planejamento, orçamento, assessoria e finanças públicas em geral ou em áreas correlatas.